



MATEUS SIMÕES MENTE AO MINISTRO FUX

SOBRE USO DA COPASA PARA SALVAR A MONSTRUOSA DÍVIDA DEIXADA POR ZEMA EM MINAS

O governador Mateus Simões confessou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a decisão de privatizar a Copasa é uma “escolha política”. Simples assim. Ele comprovou recentemente, em vídeo, que o dinheiro da venda da Copasa será usado para asfaltar estradas demandadas por municípios mineiros.

Política pura em época de eleição, usando o dinheiro do entreguismo de uma estatal de saneamento para fazer a campanha de um candidato sempre à beira do ridículo, que afirmou que tratará a Justiça e os magistrados em Minas do mesmo jeito que atacam o STF.

Mateus Simões mente descaradamente sobre a destinação do dinheiro da eventual venda da Copasa para financiar a dívida monstruosa que o Estado, sob o governo de Romeu Zema, catapultou para os desesperadores números de mais de R\$ 180 bilhões.

A “sinceridade” do garupeiro de Zema em se autoacusar certamente chega aos olhos do ministro Fux como uma mentira deslavada, pois o desgovernador Simões já deixou claro com suas palavras que o governo mineiro, sob seu comando, não pretende repassar um centavo sequer para o Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag).

As mentiras seguem em curso quando ele afirma que o Estado não tem capacidade de investimento na Copasa para cuidar do saneamento, visto que é o próprio governo que fica com fatias fabulosas de mais de 50% do lucro líquido da empresa - na casa de R\$ 1,7 bilhão anualmente. Sem a Copasa, o lucro dela privatizada vai para bolsos privados e o Estado



perde uma de suas principais capacidades de gerar receita. O que o governo Zema propõe é vender a Copasa por um valor que a empresa atinge em lucros em apenas três anos, sendo que há projetos de investimentos de cerca de R\$ 17 bilhões até 2029 para avançar na universalização do esgotamento sanitário, porque na captação, tratamento e distribuição de água potável, a empresa já quase atingiu os 100%.

O que Mateus Simões quer, com as respostas de fundo falso passadas ao ministro Fux, é macular o magistrado da mesma forma que fizeram com a criminosa e irregular votação que cassou o direito do povo mineiro ao “Referendo” sobre a venda da estatal, fraudando uma votação finalizada no painel da Assembleia Legislativa, que permitiu um voto oral depois do prazo apenas para atingir o número mínimo de 47 votos para mudar a Constituição.

Querem que uma decisão de não enxergar a inconstitucionalidade da cassação do referendo, nos moldes realizados na ALMG, leve o ministro do STF para o lixo da história onde já estão os deputados mineiros, que agiram como um bloco insequente de sustentação das tragédias provocadas pelo governo Zema/Simões.

